



11/11/2014 - Telesintese

## Lucro da Telefônica sobe 34,5% no terceiro trimestre e chega a R\$ 1,02 bilhão

O Ebitda atinge R\$ 2,54 bilhões, após alta de 7% ante igual período do ano passado

A Telefônica Brasil fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 1,02 bilhão, resultado 34,5% maior que o obtido em igual período de 2013. Na comparação com o segundo trimestre, entretanto, o valor é 48,7% menor. Em nove meses, o lucro líquido chega a R\$ 3,67 bilhões, 47,9% a mais na comparação anual.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ficou em R\$ 2,54 bilhões no período, alta de 7% ante o anotado no terceiro trimestre de 2013. A margem Ebitda ficou em 29,2%. A receita operacional líquida anual subiu 1,2%, fechando em R\$ 8,72 bilhões.

A alta de 4,1% do total de acessos, na comparação anual, e o aumento de 3,5% da receita do

serviço móvel, foram alguns dos motivos apontados pela companhia para o resultado positivo do terceiro trimestre. De acordo com a empresa, a receita com dados e SVA já representam 38% do caixa gerado com telefonia celular, alavancado com o crescimento de 33% da internet móvel.

Os investimentos no período chegaram a R\$ 1,55 bilhão, valor 16,6% menor na comparação anual. O endividamento bruto da empresa chegou a setembro em R\$ 8,34 bilhões, sendo 17% denominada em moeda estrangeira. "A redução de 9,4% em relação ao 3T13 está relacionada principalmente a amortizações de principal de dívidas com o BNDES e o BNB", afirma a companhia.

10/11/2014 - Teletime

## Com reestruturação, Oi demite 150 diretores e gerentes

Dando sequência à reestruturação organizacional iniciada pelo novo presidente Bayard Gontijo, a Oi demitiu na sexta e nesta segunda-feira, dias 7 e 10, um total de 150 diretores e gerentes. Os cortes, segundo apurou este noticiário, já estavam previstos desde que o novo comandante da Oi reduziu de 18 para 12 o número total de diretorias subordinadas à presidência da empresa; e novos cortes não deverão acontecer. Trata-se, portanto, de um ajuste dos cargos executivos tendo em vista que diretorias foram unificadas quando o primeiro nível de comando da Oi foi redesenhado. Vale lembrar, a Oi tem mais de 18 mil funcionários.

O objetivo, além do óbvio corte de custos com salários de diretores executivos e gerentes, é otimizar processos e simplificar a governança com ênfase no processo de gestão, rentabilizando investimentos e dando ainda mais agilidade no processo de tomada de decisão.

O novo desenho do primeiro nível da estrutura organizacional da Oi foi reportado por este noticiário em 18 de outubro, ocasião em que dois diretores deixaram a empresa: Rui Gonçalves Pereira, que ocupava a diretoria de pequenas e médias empresas, e Eduardo Aspesi, diretor de segmentos de varejo.



10/11/2014 - Telesíntese

## O avanço da AT&T no México pode acelerar a consolidação no Brasil?

**A gigante norte-americana surpreendeu o mercado ao anunciar na sexta-feira (7) a compra integral da terceira operadora de celular do México.**

Na noite de sexta-feira (07) a AT&T, maior operadora de telecom norte-americana, surpreendeu o mercado ao anunciar a compra integral da lusacell, a terceira maior operadora de celular do México, que tinha recentemente voltado integralmente para o grupo Salinas. Conforme o comunicado, a operação estará concluída no primeiro trimestre de 2015.

Esta aquisição, que deverá custar US\$ 2,5 bilhões, incluindo as dívidas da companhia mexicana, fortalece a opinião de diferentes analistas de que a AT&T irá também adquirir os ativos da América Móvil, obrigada a vender parte de suas redes devido à nova legislação local. Isto porque, a lusacell, tem apenas operação de celular, tem pouca infraestrutura, alcança 70% da população mexicana, e possui hoje 8% do market share.

Para atender a legislação mexicana, a América Móvil (que controla também a operadora fixa, a Telmex) deve se desfazer de pelo menos 20% da empresa e de seus clientes, para ficar com um mercado abaixo de 50% conforme determina a nova regulamentação.

As apostas são de que a AT&T, antes sócia do bilionário Carlos Slim, passe a ser mesmo sua com-

petidora não só no México, como também em toda a América Latina.

Consolida Brasil?

Este movimento da AT&T em direção à América Latina poderá acelerar o processo de venda da TIM para os três grupos que atuam no Brasil – Telefonica, a própria América Móvil, e Oi, avaliam os analistas, em um movimento de proteção das atuais incumbents ao ingresso do competidor norte-americano.

Se quiser, a AT&T pode comprar a TIM ou mesmo a Oi que quer ser compradora e protagonista da consolidação no mercado brasileiros (assim como a TIM), mas nada impede que, a um bom preço, também seja vendida.

A AT&T já ingressou no Brasil com a aquisição da DirectTV nos Estados Unidos, que é controladora da Sky no Brasil, mas ainda não deu sinais de vida por aqui. Está esperando que as agências de competição e de regulação norte-americanas decidam o processo por lá. Por aqui, ela já conseguiu aprovação da compra tanto pela Anatel como pelo Cade.



10/11/2014 - Teletime

## Informe das multas não produziu efeitos, sustenta fonte da Anatel

A Anatel ainda toma conhecimento do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que põe fim à investigação do órgão de controle sobre a anexação de um informe produzido em 2008 aos Procedimentos Administrativos de Apuração de Descumprimento de Obrigação (PADOs) em tramitação. Conforme revelou o Portal Convergência Digital, o acórdão dá 180 dias para a Anatel apresentar uma relação com todos os processos em que houve prescrição das multas, discriminando os valores e o status do processo: se julgados, suspensos, transitados etc. Além disso, ainda conforme o Portal Convergência Digital, o TCU vai abrir processo específico para apurar irregularidades cometidas por agentes públicos que deram causa a danos ao erário.

O informe, que ganhou apelidos como "O

informe das multas" ou o "Informe da vergonha", foi produzido em um processo específico da Brasil Telecom, mas a antiga Superintendência de Serviços Públicos (SPB) da Anatel passou a anexá-lo aos demais processos que tramitavam à época. A questão é explosiva porque o informe sugeria que a Anatel estava pesando demais a mão nas multas, o que colocava em risco a sobrevivência das empresas.

Fonte do alto escalão da Anatel, que preferiu não se identificar, afirma, contudo, que o informe não chegou a produzir efeitos. Isso porque quando a "bomba estourou" a Procuradoria emitiu um parecer ordenando que a SPB desanexasse o referido informe dos processos. "Se houve redução de multas ou processos prescritos não foi por causa do informe", diz a fonte.

11/11/2014 - CUT

## Terceirizar atividade-fim é ignorar compromisso de trabalho decente no Brasil

**Representante da Associação de Magistrados do Trabalho destaca que terceirização na atividade-fim fere Constituição e acordos do Brasil com a OIT sobre trabalho decente**

Em 2012, a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) apresentou 101 propostas para aquilo que definiu como "modernização trabalhista". Entre elas, a regulamentação da terceirização por meio do Projeto de Lei 4.330/2004, que estende também para a atividade principal da empresa (atividade-fim) esse modelo de contratação.

O projeto foi engavetado em 2013 por conta da mobilização do movimento sindical comandado pela CUT, mas a pauta seguiu como estratégica para a ofensiva patronal.

Esgotadas as possibilidades no parlamento, os empresários migraram para o Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou repercussão geral ao pro-

cesso da empresa Cenibra (Celulose Nipo Brasileira). A companhia foi condenada a pagar R\$ 2 milhões em uma ação civil pública do Ministério do Trabalho, em 2006, por terceirizar toda a cadeia produtiva.

Com a decisão do STF, não é mais a questão específica da companhia que está em julgamento, mas sim se a terceirização da atividade-fim será permitida no país. Decisão que passará a referendar os demais julgamentos sobre o tema.

A decisão do Supremo deu origem a ação dos setores de agronegócio e call center para os quais a limitação na forma de contratação vai contra o preceito constitucional de livre iniciativa para contratação.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Para representantes do Direito do Trabalho, porém, não apenas a argumentação é frágil, como todo o processo levanta uma série de dúvidas.

“A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) se surpreendeu quando esse assunto chegou ao STF com a repercussão geral, porque a súmula 331 do TST – norma do Tribunal Superior do Trabalho que serve de referência para a terceirização e impede que se estenda à atividade-fim – existe desde a década de 1990 e essa repercussão geral nunca foi reconhecida”, estranha o diretor de assuntos jurídicos da associação, Guilherme Feliciano.

Dignidade acima de tudo – Em encontro nesta segunda-feira do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, ele destacou que para a Anamatra outros valores constitucionais envolvidos neste debate devem ser considerados. “Temos levar em conta a dignidade e integridade psicossomática do trabalhador, o pleno emprego e o trabalho decente, que é um compromisso assumido pelo Brasil com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, alerta.

Feliciano lembra ainda que a Constituição determina à propriedade uma função social e isso inclui os meios de produção. “O valor maior da Carta Magna é a dignidade da pessoa e não a livre iniciativa. Uma atividade que seja pensada apenas para diminuir custos com a redução e sonegação de direitos sociais representará uma empresa cumpridora de sua função social?”, pergunta.

Audiências – Para o diretor, diante de uma questão que envolve tantas polêmicas, o STF deve convocar uma audiência pública para ampliar o horizonte dos ministros sobre as questões envolvidas nessa repercussão geral. E caberá às centrais humanizar as questões que envolvem os trabalhadores terceirizados, como salários menores, menos tempo de treinamento, maior rotatividade e maiores jornadas.

“As centrais cumpriram seu papel no Congresso e é o momento de participarem desse agravo levando aos ministros os mesmos subsídios que levaram ao parlamento para que, além dos dados jurídicos, tenham também acesso aos dados da realidade”, defendeu.

Agenda positiva de Dilma – Secretário de Organização da Contraf (Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), Miguei Pereira, ressalta que o PL 4330 dialoga com todos os interesses do capital nacional e estrangeiro, que buscam flexibilizar direitos no mundo todo.

Ele lembrou, porém, que a agenda vencedora nas últimas eleições foi da manutenção e não da retirada de

direitos.

“O projeto vitorioso afirmou o interesse dos trabalhadores e o movimento sindical cobrará esses compromissos que foram base da campanha eleitoral e determinou o voto de muitos eleitores que acreditaram no compromisso da presidente da não mexer na CLT. O projeto que a presidenta Dilma apresentou à nação não aceita a extinção de conquistas trabalhistas e o tratamento diferenciado e discriminatório entre trabalhadores da mesma categoria. Inclusive, com o fim da categoria profissional, já que duas pessoas farão a mesma coisa no mesmo ambiente de trabalho, mas terão tratamento diferenciado”, lembrou.

Pereira disse que a Contraf se reunirá ainda nesta semana com a bancada de parlamentares ligados aos bancários para discutir estratégias para barrar retrocessos na Câmara e Senado.

Além disso, o Fórum apresentará uma carta que será enviada à presidenta Dilma com os pressupostos que defende desde a elaboração de um projeto de lei, em 2009, com a contribuição de centrais sindicais, Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça. O texto permanece parado na Casa Civil.

“Vamos indicar que consideramos importante a regulamentação, mas que seja protetora dos direitos do trabalhador e que garanta a responsabilidade solidária da empresa, a igualdade de direitos no local de trabalho e que as atividades principais não sejam terceirizadas. Temos que recolocar para a presidenta que o 4330 em nada se aproxima de uma lei que proteja o trabalho. Com essa proposta não temos acordo e contamos com o apoio dela, inclusive, para retomar o projeto de lei parado na Casa Civil e que precisa ser encaminhado ao Congresso.”

Movimentos sociais – Dirigente da Intersindical, Alexandre Caso indicou a necessidade de os movimentos sociais estarem junto com o movimento sindical na defesa dos direitos trabalhistas que representam mais um round da disputa entre os setores progressistas e conservadores.

“O acirramento das eleições, aproximou, mesmo quem não estava próximo ao governo, ao PT e à candidatura da Dilma, para enfrentar a ameaça de retrocesso social representada pelo Aécio Neves e o PSDB. Os diálogos estão avançando a partir dessa disputa e acredito que a resistência contra o PL 4330 pode aproximar os movimentos sociais, porque é um ataque sem precedentes. Estamos todos do mesmo lado, a pauta é comum e afetará a todos.”



09/11/2014 - CUT

## Mercado usa crises para atacar organização sindical dos trabalhadores

**Estudiosos apontam que terceirização é mais uma forma de enfraquecer atuação sindical**

A cada solavanco que o capitalismo sofre, como a recente crise econômica que começou em 2008, nos Estados Unidos, invariavelmente a solução passa por uma conta paga pelos trabalhadores por meio do rebaixamento de direitos e conquistas.

Para dirigentes sindicais e professores que participaram de um seminário internacional sobre Direito do Trabalho e sindicalismo na última sexta (7), em São Paulo, a resposta da classe trabalhadora deve ser uma maior unidade.

“Temos unicidade, mas, mas no mesmo local de trabalho, há 30, 40 sindicatos diferentes. A CUT nasceu criticando essa estrutura e precisamos modificá-la para responder à demanda da economia moderna”, afirma.

Para ele, o desafio é ampliar a organização no local de trabalho, que ajuda, inclusive a resolver conflitos no cotidiano da empresa. “Aqui os empresários dizem ser contra a organização no local de trabalho, porque afirmam que a convivência é impossível, ao contrário do que acontece no resto do mundo, especialmente na Alemanha, em que os sindicatos participam, inclusive, definindo os rumos da empresa e resolvendo diretamente as questões que surgem no dia-a-dia.”

### Países diferentes, situações iguais

A realidade que o movimento sindical brasileiro conhece se repete em outros países, como destacou o professor da universidade PUCP, do Perú, Guillermo Boza. Ele destacou que países na América Latina como o próprio Peru, além do Panamá, Colômbia e México assinaram acordos de livre comércio que tratam a legislação trabalhista como obstáculos às empresas.

Boza comenta que em seu país a organização patronal pressiona o governo a realizar uma reforma mínima que diminua as férias de 30 para 15 dias e

corte pela metade a indenização em caso de demissão.

“A perspectiva de redução da economia sempre abre o debate sobre a flexibilização”, definiu.

Na avaliação do professor da Universidade de Bari, na Itália, Gianni Arrigo, a América Latina ainda tem um nível elevado de vida e direitos, mas acredita que o mundo será nivelado por baixo em relação às conquistas trabalhistas, se não houver uma ação conjunta e internacional do movimento sindical, que vive uma crise de perda de representatividade.

“Precisamos fazer um trabalho de resgate da imagem do sindicato e defender o princípio do não retrocesso social”, defende.

### Reforma sindical

Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Rita Pinheiro colocou em números o sentimento de fragmentação do sindicalismo nacional. Atualmente, há 10.500 sindicatos de trabalhadores e quatro mil patronais registrados. Outras duas mil solicitações aguardam o registro.

Não por acaso, recorda, o Fórum Nacional do Trabalho, criado no início do governo Lula e que resultou num Projeto de Emenda Constitucional 369/2005, determinou que a reforma sindical deveria vir antes do que a reforma trabalhista.

“A decisão do governo de primeiro encaminhar a reforma sindical foi correta, precisamos de organizações fortes para garantir o equilíbrio. Qualquer discussão será em vão se não tratar da democratização na organização sindical e no local de trabalho. E será ruim também para as empresas negociarem com sindicatos que não tenham representatividade, porque se os trabalhadores não reconhecem o interlocutor, a greve não acaba”, exemplifica Rita.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Ele lembra ainda a necessidade de ratificar a convenção 151 da OIT para garantir a negociação coletiva aos servidores públicos, mais um avanço que depende da pressão sobre o governo em disputa. “ Definir o papel dos movimentos sociais em relação ao governo é fundamental”, aponta.

### Pautar o Executivo

Enquanto em 2002 o combate ao desemprego era justificativa para a flexibilização, em período de pleno emprego, os setores empresariais já escancararam a defesa da terceirização para redução de

custos e aumento do lucro, conforme defendeu o advogado Mauro Menezes.

Com isso, o também advogado Wilson Ramos destaca que, se a cúpula do Judiciário não é favorável aos direitos da classe trabalhadora, a missão do movimento sindical é pressionar o governo federal. “ Precisamos pautar o Executivo para que faça sim a lição de casa, que deve ser a ampliação de direitos trabalhistas, dos direitos sociais e das políticas públicas. Se deixarmos só a classe dominante pautar, esse será um governo conservador”, define.

10/11/2014 - Rede Brasil Atual

## Brasil é referência no combate ao trabalho escravo, diz a OIT

O Brasil é referência mundial em combate ao trabalho escravo, apesar de diversos problemas e desafios a enfrentar. A declaração foi feita pelo coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Luiz Machado, no 3º Encontro das Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetraes), hoje (10), na capital paulista. “ Nós temos mecanismos que não encontramos em nenhum outro lugar no mundo como os grupos especiais de fiscalização que atendem a todo o território.”

Ele destacou, também, o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, do governo federal, com diversas ações, algumas cumpridas, outras em andamento e outras precisando ser aceleradas. “ Como a prevenção e assistência à vítima porque precisamos romper o ciclo vicioso da escravidão. O trabalhador apesar de ser resgatado continua vulnerável e muitos voltam para a escravidão.”

Segundo Machado, no Brasil os mais vulneráveis são homens adultos, pobres de regiões com baixo índice de desenvolvimento, em busca da trabalho em outros estados ou mesmo aliciados. Entretanto, no mundo, as mulheres e crianças são mais escravizadas. “ É um crime dinâmico e em outros lugares do mundo está envolvido com tráfico de pessoas e exploração sexual.”

A coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao

Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo, Juliana Felicidade Armede, informou que em São Paulo, a maioria dos trabalhadores escravizados está na área rural. “ Existem estados no Brasil muito ricos, mas empobrecidos em políticas públicas. Em muitos locais as pessoas não tendo acesso a esses benefícios não se inserem no mercado de trabalho e quando se inserem acabam ficando em situação de escravidão.”

Outra realidade é a questão migratória que tem ocorrido a partir da crise econômica internacional de 2008. São Paulo e outros estados do Brasil foram pontos de convergência importante, além de brasileiros que passaram anos fora do país e estão voltando. “ Quando eu estou desconectado da realidade nacional e sem acesso a essas políticas públicas também estou vulnerável.”

No meio urbano o principal foco de trabalho escravo está na construção civil e na indústria têxtil. Já no rural está ligado tanto com a pequena produção quanto com a grande. “ Dentro desses dois universos há uma diversidade de problemas. Isso ainda acontece porque temos um perfil de produção que não garante isonomia às pessoas. Há sempre um grupo mais explorado e um que explora. Não conseguimos evoluir do ponto de vista de estruturas econômicas capazes de acompanhar os problemas sociais.”



09/11/2014 - Portal Vermelho

## Crise e recessão: Os bilionários permanecem intactos

A revista Forbes reconheceu em julho passado como o homem mais rico do mundo o mexicano Carlos Slim, que vive em um país onde cerca de 45,5 por cento das pessoas apresenta condições de pobreza.

Uma vez mais o dono da companhia América Móvel incrementou seu patrimônio acima do co fundador da Microsoft, o estadunidense Bill Gates, devido a um forte aumento acionário que elevou sua fortuna até os 79 mil 600 milhões de dólares.

Quando 53 milhões de mexicanos sofrem de pobreza extrema ou moderada, o dono de assinaturas de telecomunicações, correntes de restaurantes e equipes esportivas conseguiu que só durante os primeiros 11 dias de julho seu capital aumentasse em 5 bilhões e 100 milhões de dólares.

Tal situação, vista no contexto mexicano, reflete um panorama de grandes diferenças entre ricos e pobres que se estende a toda a órbita e que se encontra fora de controle, segundo denunciou recentemente a organização Oxfam Internacional.

Conquanto a crise econômica iniciada em 2008 levou a recortes e políticas de austeridade que incrementaram os níveis de desemprego e precariedade em grande quantidade de países, desde então até a data o número de multimilionários se duplicou.

De acordo com um relatório da instituição com sede no Reino Unido, a quantidade de pessoas com mais de bilhões de dólares passou de 793 em 2009, a 1.645 neste ano, pois a riqueza acumula-se acima e seguirá fazendo-o a não ser que os governos atuem para evitá-lo.

No começo de 2014, Oxfam assinalou que os 85 mais ricos do planeta possuíam um patrimônio equivalente aos bens da metade da população mundial, mais de três bilhões e 500 milhões de habitantes.

A entidade não governamental advertiu nesse momento que as elites econômicas estavam sequestrando o poder político para manipular as regras do jogo econômico.

O reporte esteve acompanhado por dados que mostraram o incremento da concentração da riqueza em poucas mãos desde 1980 até a atualidade, bem como a abertura da brecha entre ricos e pobres apesar da recessão ter completado seis anos.

Segundo o estudo, desde a crise financeira 1% dos cidadãos estadunidenses tem se apropriado o 95 % do crescimento, enquanto, na União Europeia, os rendimentos conjuntos de 10 pessoas superam o custo total das medidas de estímulo aplicadas no bloco de 2008 a 2010.

Quase ao finalizar 2014, Oxfam voltou a abordar o tema das desigualdades, e assinalou que a riqueza combinada dos multimilionários atuais tem crescido 124 por cento nos últimos quatro anos, pelo que tem um monte de 5,4 bilhões de dólares.

Para ilustrar essas cifras, a instituição indicou que se Slim gastasse um milhão de dólares a cada dia, lhe tomaria 220 anos acabar com sua fortuna; enquanto, com esse ritmo, a Gates lhe levaria 218 anos para terminar com todo seu patrimônio.

América Latina continua sendo a região mais desigual do mundo, como reconheceu a poucos dias em uma visita a Cuba a secretária executiva da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, Alicia Bárcena.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/253134-2>



10/11/2014 - Portal Vermelho

## Emprego temporário deve gerar mais de 138 mil vagas

**O Brasil deverá ter 138,9 mil novas vagas de emprego temporárias no final deste ano, prevê uma pesquisa do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito).**

De acordo com o levantamento, 57,4% dos empresários devem pagar até um salário mínimo por mês para os empregados. Das vagas que serão abertas, a estimativa é que 66% sejam preenchidas pelo comércio. A média de contratações é de quase três funcionários (2,98) por empresa.

Para a elaboração da pesquisa, o SPC Brasil consultou 623 empresários em todas as regiões do País. "As festas de fim de ano costumam movimentar praticamente todos os setores da economia, mas o varejo chama a atenção por concentrar cerca de 66% das vagas temporárias geradas em todo o País nesse período", diz a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

### Direitos trabalhistas

O trabalhador temporário tem os mesmos direitos e benefícios que um funcionário contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como registro em carteira na condição de temporário, remuneração equivalente à recebida pelos

empregados da mesma categoria, férias proporcionais ao tempo trabalhado, em caso de dispensa sem justa causa ou término normal do contrato de trabalho temporário e 13º salário, além do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

A diferença é que os trabalhadores temporários não têm direito ao aviso prévio nem aos 40% de multa do FGTS ou a qualquer outra estabilidade como a da gestante e do acidentado no trabalho, por se tratar de um contrato com prazo determinado. Mas é importante ressaltar que o período trabalhado também conta para a aposentadoria.

Os contrato temporário é de três meses, que pode ser prorrogado pelo mesmo período. A jornada deve ser de oito horas. Fica garantido também o direito a remuneração por horas extras com acréscimo de 20%, o repouso semanal remunerado, os benefícios e serviços da Previdência Social e o vale-transporte, caso o trabalhador venha a optar pelo benefício.